

«O VOLUNTARISMO DE SARKOZY É, EM PRIMEIRO LUGAR, A OPRESSÃO DOS MAIS FRACOS»

ALAIN BADIOU | FILÓSOFO

O seu trabalho filosófico e o seu envolvimento político com a extrema-esquerda remontam aos anos 70. No entanto, nestes últimos anos, tornou-se no símbolo de uma nova radicalidade intelectual, que critica o liberalismo, o reformismo e mesmo a democracia. Como é que explica o fenómeno?

“Radicalidade” é um termo que eu não emprego muitas vezes. Vindo do inglês, parece designar qualquer coisa para além da esquerda, ou até mesmo para além da extrema-esquerda, onde a vista não alcança! Prefiro dar-lhe o seu primeiro sentido: levar as coisas até à raiz, ao nível da sua constituição essencial. Porque é uma definição possível da filosofia. Se os intermediários mediáticos descobriram recentemente a minha “radicalidade” política e intelectual, é porque eu não mudei desde os anos 70, um período em que, sob o adjectivo de “revolucionária”, a radicalidade política estava de boa saúde. Durante os anos 80, muitos renunciaram e eu mantive-me fiel. Por que é que esta fidelidade se tornou visível, mediática? A explicação está em procurar na evidência de uma vacuidade do jogo político oficial. Há uma crise da política, uma crise do Estado. A separação entre a vida das pessoas e aquilo que faz o poder, ou que se recusa a fazer, cresce. Esta crise política, que também é uma crise ideológica, contribui para o retorno do interesse pelos pensamentos que tentam ir à raiz das coisas.

O seu panfleto “De quoi Sarkozy est-il le nom?” teve um eco inesperado há um ano atrás. Que balanço faz hoje da política do presidente da República?

Um balanço idêntico ao que tínhamos. O seu voluntarismo aplica-se ao que se pode aplicar, isto é, através da opressão dos mais fracos, nomeadamente dos trabalhadores estrangeiros, e ao crescimento desenfreado, através de leis perversas, do aparelho repressivo. As “reformas” vão todas no mesmo sentido: um Estado autoritário e anti-popular, que qualquer obstáculo importuna. Sarkozy procede, com velocidade, ao desmantelamento do sistema educativo e, mais grave ainda, do sector hospitalar. A designação do doente mental enquanto objecto de perseguição pública é um dos aspectos mais repelentes da sua política. Nestes últimos meses, a crise financeira apanhou-o em contra-pé. Ele tenta geri-la com anúncios que prometem efeitos mas não faz mais do que fazem os outros governos por todo o lado: salvar bancos com fundos públicos.

A propósito dele, você falou em “pétainismo transcendental”. Isso não será excessivo?

Esta fórmula visava inscrever Nicolas Sarkozy na história de uma certa reacção francesa, a da Restauração contra a República, de Junho de 1848 contra os trabalhadores, dos moradores de Versalhes contra a Comuna, dos colonialistas contra os “indígenas”, uma reacção que

nunca aceitou, desde a Revolução de 1792-1794, a existência de uma política popular e revolucionária. Uma reacção de que eu descrevo as invariantes, por exemplo a perseguição explícita dos mais fracos ou a referência aos discursos naturalistas e “biologizantes”, como o que ouvimos da boca de Sarkozy acerca dos negros ou dos doentes mentais. Tal como Pétain queria ser o homem que acabaria com os horrores da Frente Popular, Sarkozy declarou que queria acabar com o Maio de 68.

Não seria mais justo falar de “bonapartismo”?

O “bonapartismo” faz-se acompanhar de uma dimensão militar. Sarkozy está mais ligado ao mundo dos negócios. Digamos “orleanismo duro”.

A esquerda reformista também faz a crítica do “sarkozismo”. No entanto, você parece dizer que ela não se diferencia muito deste. O PS e a UMP são a mesma coisa para si?

A longo prazo, sim. A cumplicidade do Partido Socialista e da direita fixa-se a partir dos anos 80. A desregulação financeira, a promoção de Tapie e do carreirismo individual, as limitações ao reagrupamento familiar, os campos de retenção, foi a esquerda que os fez. Foram Mauroy e Defferre que estigmatizaram os grevistas de Flins como islamistas, é com os socialistas que se substitui a palavra “trabalhador” pela palavra “imigrante” ou

“clandestino”. O Partido Socialista esteve encarregado, a longo prazo, da pedagogia pró-capitalista para as classes médias e populares e da sua consequência imediata: o endurecimento da repressão policial nos subúrbios. Ao mesmo tempo existe agora no seio da esquerda reformista uma franja violentamente hostil para com Sarkozy. O desfasamento entre a moleza do jogo parlamentar e esta animosidade, que ainda não encontrou a sua forma, define a esquerda actual.

Está a reprová-la a esquerda por preferir a reforma à revolução?

Já não vivemos nessa oposição. “Revolução” é hoje um conceito vazio e mesmo o Novo Partido Anti-capitalista (NPA) não está a preparar a revolução. Para estabelecer uma comparação histórica, eu diria que estamos numa situação comparável à de 1840. A Restauração aconteceu, o capitalismo instalou-se em toda a sua extensão, a ideia de revolução parece definitivamente enterrada – ainda se fala de Robespierre e Saint-Just – o que se diz hoje de Mao e Lenine. Quanto aos republicanos, que encarnariam a esquerda, estão, como os nossos socialistas de hoje, absorvidos no jogo parlamentar, e veremos em 1848 como é que vão ser privados da sua aparente vitória com Napoleão III. O que aconteceu na época foi uma reconstrução intelectual alimentada por experiências políticas operárias isoladas: as utopias comunistas, o Manifesto de Marx, etc. Mas esta efervescência passa inicialmente, como é normal, despercebida.

Só que, desde aí, teve lugar a experiência comunista, e a esquerda anti-totalitária criticou-a... radicalmente. Os anti-totalitários do século XXI não são diferentes

EXISTE AGORA, NO SEIO DA ESQUERDA REFORMISTA,

UMA FRANJA VIOLENTAMENTE HOSTIL PARA COM SARKOZY.

O DESFASAMENTO ENTRE A MOLEZA DO JOGO PARLAMENTAR

E ESTA ANIMOSIDADE, QUE AINDA NÃO ENCONTROU A SUA FORMA,

DEFINE A ESQUERDA ACTUAL.

dos ideólogos do início do século XIX (Constant, Tocqueville...). As restaurações fazem-se sempre acompanhar de uma intelectualidade liberal que recusa assumir o passado revolucionário e vira-se para a incansável doutrina liberal, com a qual lucra: a liberdade de opinião, o Estado de direito, as eleições, sempre sem tocar, no fundo, nas desigualdades e na propriedade privada.

Mas enfim, quer em termos de eficácia económica quer de liberdades políticas, o balanço dos regimes comunistas é desastroso!

Começamos por recordar que estes regimes não desapareceram sob o efeito de um levantamento popular, de uma grande revolta, mas por uma decisão dos seus “aparatchiks”, dos seus governos. A vontade dos povos não foi determinante; de resto, teriam sido preferíveis os levantamentos populares: teriam saído ideias e uma reivindicação de metamorfose interna do comunismo. Quanto ao balanço em si, se julgar as experiências comunistas segundo os critérios da eficácia económica e das liberdades políticas, então, elas já perderam à partida, porque esses são precisamente os critérios de julgamento do mundo ocidental. O critério que essas

experiências fixaram a si próprias era completamente diferente. Tratava-se de inventar e dispor de uma realidade colectiva que não fosse fundada sobre a propriedade privada. É claro que os meios adoptados foram desastrosos. Deve-se, portanto, renunciar ao projecto em si? Pelo contrário! Devemos, imperativamente, manter a ideia de uma sociedade cujo motor não seja a propriedade privada, o egoísmo e a avidez. Hoje, dá-se ares de descobrir que os dirigentes dos bancos e os seus principais clientes são obcecados por lucro. Mas o projecto comunista quer, precisamente, livrar a humanidade do lucro enquanto motor da vida social.

Todas as experiências falharam, com um número considerável de mortos.

Mais que o falhanço económico, o que me parece importante é o balanço político. Depois da aniquilação das revoltas operárias do século XIX, os revolucionários do início do século XX estavam obcecados pelo problema da vitória. Uma revolução pode, enfim, triunfar? Lenine respondeu falando de organização, de disciplina de ferro, de partido. De facto, se a Comuna se desmoronou, a URSS durou. Só que as formas de organização eficazes

para tomar o poder mostraram-se inadaptadas à gestão de um país em tempos de paz. Não se pode dirigir a agricultura ou a indústria por métodos militares. Não se pode pacificar uma sociedade colectivista pela violência do Estado. Portanto, o que é preciso instituir é a escolha da organização em partido, a que se pode chamar “a forma-partido”.

Agir sem formar um partido não é o que tentam os alter-globalistas, as coordenações, etc.?

Espero que sim! Podemos bem falar de rede, de tecnologia, de Internet, de consenso, mas este tipo de organização não provou a sua eficiência. Por outras palavras, aqueles que não têm nada – nem dinheiro, nem armas, nem meios de comunicação – só têm a sua disciplina, a sua unidade. O problema de uma disciplina política que não seja decalcada da organização militar é um problema aberto, experimental. Tenhamos atenção às abordagens teóricas sobre a questão, que levam sempre para a oposição entre leninismo (a organização) e anarquismo (mobilização informal). Ou seja, a oposição entre Estado e movimento, que é um impasse.

Critica com veemência a democracia. No entanto, ela permitiu eliminar a violência das relações sociais.

Eu sou pelo Estado de direito, pelos Direitos do Homem. Só os ponho em causa quando servem a ideologia de encobrimento para intervenções militares ou como justificação para intoleráveis desigualdades ou para perseguições sob a capa do “democratismo” cultural. A verdade é que a democracia só permitiu diminuir a violência interna das sociedades ocidentais

deslocando esta violência para o exterior. Os Estados Unidos estão em guerra quase ininterruptamente desde há um século e meio. Trate-se de 14-18, das guerras de descolonização, da Coreia, do Vietname, do Iraque, do conflito israelo-palestiniano, sem esquecer as guerras secundárias onde as democracias intervêm como apoio (ainda não se sabe o que a França fez no Ruanda). Dizer que, graças às democracias, se vive num mundo sem violência, é uma piada. A democracia não eliminou a violência, externalizou-a. Porque uma arena democrática sujeita ao capitalismo, se quer durar, deve ser também uma arena de prosperidade relativa. Os procedimentos democráticos, enquanto tal, não chegam para canalizar os conflitos da classe nascida de disparidades sociais. Para evitar que estes degenerem em violência, é necessária uma prosperidade que se apresente como não existindo noutra lugar. Assim, vai ser preciso proteger esta prosperidade. Será o proteccionismo, as leis contra os estrangeiros, as intervenções militares, etc. Uma violência inconcebível acompanhou a acumulação primitiva do capital e a constituição das democracias. No fundamento da prosperidade do capitalismo, há o desaparecimento de povos inteiros (habitantes das Caraíbas, Tasmânia...), um sem número de guerras e massacres. E esta violência continua. Só vai aumentar, acredite. Sem um desdobraimento sem precedentes de iniciativas políticas populares de tipo novo, vamos para guerras aterradoras.

Seria necessário renunciar a viver em democracia?

Enquanto cidadão francês, sei que gozo de muitos privilégios. Peço apenas que tenhamos consciência do seu

preço, que saibamos que este preço é, cada vez mais, elevado. Mencionou o número de vítimas do comunismo. Poder-se-ia responder que, desde os anos 50, os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais mataram mais pessoas do que qualquer outro país. Voltei de Israel e da Palestina, onde vi esse muro que serpenteia ao longo da Cisjordânia. Quantos protestos se fizeram sobre o Muro de Berlim? E agora, constroem-se muros em toda a parte, na Palestina, no México, com um número de mortes que concorre com os equivalentes comunistas. A Cortina de Ferro impedia as pessoas de sair, os muros de segurança impedem-nas de entrar. Os Estados Socialistas internalizavam a violência, a democracia exporta-a. Ser algoz dos outros povos em vez do seu próprio povo, é uma coisa de que nos possamos vangloriar abertamente?

O que entende por “hipótese comunista” de que é defensor?

Aproximadamente o que Marx entendia por essa palavra. É um retrocesso necessário para separar o comunismo da figura do partido-Estado e trazê-lo para a sua natureza primeira de ideia filosófica: uma sociedade cujo motor não seja propriedade privada, capaz de se comprometer com um processo igualitário que venha regulamentar uma nova concepção do direito. A grande dificuldade continua a ser o poder do Estado. Marx previa o seu declínio. Os regimes comunistas, pelo contrário, estabeleceram Estados onnipotentes. Quais devem ser os limites do Estado? De momento, não dispomos, neste ponto, de uma doutrina esclarecida. É por isso que a experiência política, hoje, deve ter o Estado do seu lado, mas nunca depender dele.

Tem um programa concreto?

O ponto central é a igualdade. Isso passa por enérgicas medidas anti-capitalistas, uma reorganização dos serviços públicos, uma refundação do Estado para o tornar, verdadeiramente, um Estado de todos, uma ligação nova entre a educação e o trabalho, um internacionalismo reinventado. Mas tudo isto será elaborado na altura, não como programa abstracto.

A “hipótese comunista” é, portanto, à partida, um conjunto de questões.

A hipótese comunista é uma tentativa de reinvestir o presente ao viés da sua necessidade. A democracia, hoje em dia, consiste em dizer que não há outra norma possível a não ser o lucro. Este é objecto do consenso implícito entre a direita e a esquerda; isto é também o que a crise financeira revela a cada dia, com as somas colossais que estão em causa, os bónus dos dirigentes de empresas, etc. Pode-se suportar este sistema, pode-se pensar que é o único possível, mas pode-se, filosoficamente, querê-lo, ou desejá-lo?

Entre o liberalismo e o comunismo, não há espaço para o Estado-providência tal como o conhecemos até ao fim dos anos 70?

A revolução conservadora dos anos 80 não foi a ruptura com os Trinta Gloriosos que, por vezes, se descreve. A principal diferença foi o desaparecimento da força dos Estados socialistas. Amedrontando o capitalismo, estes permitiram às organizações de trabalhadores dos países ocidentais obter concessões importantes. Esta é minha única saudação a Estaline: ele amedrontava os capitalistas. O que vemos, hoje, é um capitalismo que, provisoriamente, não tem medo, um capitalismo em liberdade. Encontra a sua selvajaria nativa.

riamente, não tem medo, um capitalismo em liberdade. Encontra a sua selvajaria nativa.

O que pensa do Novo partido anti-capitalista de Olivier Besancenot?

Desejo que tenha 10% nas próximas eleições, porque isso trará um pouco de desordem divertida no jogo parlamentar. Mas será sem a minha voz, porque não voto desde Junho de 1968. Essa combinação da velha forma-partido de justificação marxista, e de um tradicional jogo político (participação nas eleições, a gestão das autoridades locais, infiltração dos sindicatos) refere-se apenas ao bom e velho Partido Comunista de há quarenta anos atrás». Hoje, a acção militante deve evitar duas armadilhas: primeiro, definir-se a partir do Estado, porque, de outro modo, voltamos, necessariamente, à forma-partido. De seguida, jogar o jogo eleitoral. Primeiro porque não temos de validar a democracia no seu sentido capital-parlamentar. Depois, porque, desde que nos apresentamos a eleição, queremos ser eleitos, depois reeleitos, ter um grupo parlamentar, ter créditos firmados, etc. No momento, o que interessa é a prática da organização política directa no seio das massas populares e de experimentar novas formas de organização.. É preciso distanciar-se da forma-partido e do Estado, e também saber resistir ao fetichismo “do movimento”, que é sempre a antecâmara do desespero. O NPA não segue esse caminho.

TRADUÇÃO DE RUI MAIO

**ENTREVISTA PUBLICADA NO DIÁRIO LIBÉRATION
A 27 DE JANEIRO DE 2009**